

da Natureza — transferida para o quadro do pessoal da ex-Direcção-Geral dos Recursos Naturais com a categoria de técnica superior principal, da carreira de técnico superior, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho.

10 de Março de 2005. — Pelo Presidente, (*Assinatura ilegível.*)

Instituto do Ambiente

Despacho n.º 6180/2005 (2.ª série). — 1 — Após publicação no jornal *Diário de Notícias* e na bolsa de emprego público no dia 18 de Fevereiro de 2005 do procedimento para selecção do titular do cargo de director de serviços de Avaliação de Impactes e Controlo Integrado do quadro de pessoal dirigente deste Instituto, procedeu-se à avaliação das candidaturas elegíveis.

2 — Analisadas as respectivas candidaturas, constatou-se que a licenciada Maria Clara de Moura Lopes reúne, com melhor mérito relativo, os requisitos do perfil pretendido, nomeadamente:

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente (mestre em Ciências Geofísicas);
- Quinze anos de experiência profissional em carreiras para cujo provimento seja legalmente exigível a posse do grau de licenciatura;
- Experiência profissional nas funções da Direcção de Serviços, com enfoque na experiência associada à aplicação de instrumentos de regulação ambiental às actividades responsáveis por emissões e descargas de poluentes;
- Desempenho de funções dirigentes na mesma área departamental;
- Capacidades organizativa, de planeamento e de liderança requeridas para assegurar a coordenação e a implementação das competências atribuídas à Direcção de Serviços.

3 — Considerando estar perante uma candidatura que preenche as condições para ocupar o cargo, conforme pode constatar-se pela nota curricular em anexo, ao abrigo do n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, é nomeada, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Maria Clara de Moura Lopes para o cargo de director de serviços de Avaliação de Impactes e Controlo Integrado, deste Instituto, com efeitos reportados à data do presente despacho.

9 de Março de 2005. — O Presidente, *João Nobre Gonçalves.*

ANEXO

Nota curricular

Nome — Maria Clara de Moura Lopes.
Nascimento — 7 de Abril de 1964, Lisboa.
Habilitações literárias:

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente, pelo Departamento de Ambiente, da Universidade de Aveiro, em 1987;
- Mestre em Ciências Geofísicas, especialização em Meteorologia, pelo Departamento de Física da Faculdade de Ciências, da Universidade de Lisboa, 1996.

Categoria profissional e quadro de origem — assessora do quadro de pessoal da ex-DGA.

Actividades profissionais:

- Autora de diversas comunicações em seminários e conferências;
- Autora e co-autora de diversos artigos publicados na área do ambiente;
- Responsável pela execução do projecto «Caracterização de emissões gasosas e amostragem de fontes fixas», através de protocolo de colaboração entre a Direcção-Geral da Qualidade do Ambiente (DGQA) e o Departamento de Ambiente da Universidade de Aveiro — de 1988 a 1989;

Membro do grupo técnico de emergência (GTE) da ex-Direcção-Geral do Ambiente (DGA) — de 1990 a 1989;

Directora de serviços do Ar, Ruído e Resíduos da ex-Direcção Regional do Ambiente do Algarve — de 1997 a 2001;

Chefe de divisão de Programação e Acompanhamento do Instituto do Ambiente — de Março de 2001 a Abril de 2002;

Chefe de divisão de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição do Instituto do Ambiente — desde Julho de 2003 até à data da presente nomeação.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho (extracto) n.º 6181/2005 (2.ª série). — Por despachos de 17 de Novembro de 2004 e de 11 de Janeiro de 2005, respectivamente, do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo:

Ana Cristina Projecto Falcão, técnica superior de 2.ª classe do quadro da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Fevereiro de 2005, data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

Despacho (extracto) n.º 6182/2005 (2.ª série). — Por despachos de 6 de Setembro de 2004 e de 15 de Fevereiro de 2005, respectivamente do presidente do Instituto da Conservação da Natureza e do presidente do Instituto do Ambiente:

Graça Maria de Oliveira Martins, assistente administrativa principal do quadro do Instituto do Ambiente — autorizada a transferência com a mesma categoria para o quadro do Instituto da Conservação da Natureza, ficando exonerada do quadro de origem a partir de 1 de Março de 2005, data da aceitação do lugar. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

Despacho (extracto) n.º 6183/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do presidente do Instituto da Conservação da Natureza, mediante prévio parecer favorável da secretaria-geral do Ministério das Cidades, Administração Local, Habitação e Desenvolvimento Regional:

Pedro Machado de Castro Monteiro, técnico superior principal do quadro do Instituto da Conservação da Natureza, a exercer funções dirigentes na Câmara Municipal do Porto — nomeado assessor principal, escalão 1, índice 710, do mesmo quadro, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 29.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo preceito legal, com antiguidade na categoria reportada a 27 de Maio de 2003, ficando exonerado do lugar de origem a partir da data da aceitação do lugar, mantendo-se no exercício do cargo dirigente. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2005. — A Directora de Serviços Administrativos e Financeiros, *Otília Martins.*

TRIBUNAL DE CONTAS

Direcção-Geral

Rectificação n.º 468/2005. — Por ter saído com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 9 de Fevereiro de 2005, o parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta Geral do Estado de 2003, rectifica-se o mesmo tal como a seguir se indica:

Página	Onde se lê	Deve ler-se
1888-(40), na data	20 de Dezembro de 2004	Lisboa e sala de sessões do Tribunal de Contas, em 20 de Dezembro de 2004.

Página	Onde se lê	Deve ler-se
1888-(40), nos subscritores	Manuel Raminhos Alves de Melo, relator — José de Castro de Mira Mendes.	Manuel Raminhos Alves de Melo, relator (vencido nos termos da declaração de voto do Conselheiro Alves Cardoso) — José Alves Cardoso, relator (vencido quanto à não pronúncia sobre a Conta da Segurança Social, na sequência e nos termos da declaração de voto apresentada na sessão, do Penário Geral, de 27 de Outubro de 2004, relativamente à Resolução n.º 01/04-PG) — José de Castro de Mira Mendes.
1888-(109), no n.º 4.2.1.2 (l. 20)	e 6 247 milhões [...] e 391 milhões	€ 6 247 milhões [...] € 391 milhões.
1888-(114), no n.º 4.2.3.3 (l. 16)	quadro IV.10	quadro IV.8.
1888-(115), no n.º 4.2.4 (l. 2)	Em	em.
1888-(115), no n.º 4.2.4 (l. 5)	e 3 032,5 milhões	€ 3 032,5 milhões.
1888-(117), no n.º 4.3.3 (l. 2)	e 6,3 milhões	€ 6,3 milhões.
1888-(117), no n.º 4.3.3 (l. 7)	e 1,6 milhões [...] e 1,1 milhões	€ 1,6 milhões [...] € 1,1 milhões.
1888-(117), no n.º 4.3.4.1 (l. 4)	e 89,5 milhares	€ 89,5 milhares.
1888-(117), no n.º 4.3.4.1 (l. 5)	e 292	€ 292.
1888-(118), no n.º 4.4.4 (l. 3)	e 3,5 milhões	€ 3,5 milhões.
1888-(118), no n.º 4.4.5 (l. 2)	e 719 milhares	€ 719 milhares.
1888-(145), no n.º 6.1.2, ao longo da página.	#	€.
1888-(159), na nota de rodapé do quadro I.18.	#	€.
1888-(159 e 160), no quadro VI.19, notas de rodapé.		(e) Produto de emissão de certificados de aforro de 2003, só entregues em 2004.
1888-(160), no quadro VI.20, no título.	Quadro VI.20	Quadro VI.20 — Aplicação do produto dos empréstimos.
1888-(230) (l. 3)	Aprovar	Aprovar.

7 de Março de 2005. — O Director-Geral, *José Tavares*.

Secção Regional da Madeira

Aviso n.º 3088/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselheiro director-geral do Tribunal de Contas de 1 de Março de 2005:

Lídia Maria Fernandes da Silva, técnica profissional especialista — nomeada definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso geral, na categoria de técnico profissional especialista principal, escalão 1, índice 316, da carreira de técnico profissional de verificação do grupo de pessoal técnico-profissional do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Regional da Madeira do Tribunal de Contas. (Não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Subdirector-Geral, *José Emídio Gonçalves*.

Aviso n.º 3089/2005 (2.ª série). — Por despacho do conselheiro director-geral do Tribunal de Contas de 1 de Março de 2005:

Maria Odeta Nunes Alves Sousa e Helena Maria Nunes Fernandes Silva, assistentes administrativas principais — nomeadas definitivamente, na sequência de concurso interno de acesso geral, na cate-

goria de assistente administrativo especialista, escalão 1, índice 269, da carreira de oficial administrativo do grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal do Serviço de Apoio Regional da Madeira do Tribunal de Contas. (Não carece de fiscalização prévia da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas.)

7 de Março de 2005. — O Subdirector-Geral, *José Emídio Gonçalves*.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Despacho n.º 6184/2005 (2.ª série). — Por despacho de 17 de Fevereiro de 2005 do vice-reitor da Universidade de Coimbra, prorrogado por delegação de competências (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 263, de 9 de Novembro de 2004):

Mestre Paulo Manuel Carvalho Tomás, assistente além do quadro da Faculdade de Letras desta Universidade — prorrogado o contrato até final do ano escolar, com início em 18 de Fevereiro de 2005. (Não carece de verificação prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Fevereiro de 2005. — A Administradora, *Margarida Isabel Mano Tavares Simões Lopes Marques de Almeida*.